

CONTRATO Nº 064/2021

INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE ROUPA HOSPITALAR, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICIPIO DE ITAJUBÁ E A EMPRESA LAVANDERIA MORRO CHIC LTDA

Pelo presente Contrato de prestação de serviço entre pessoas jurídicas, de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.025.940/0001-09, com sede localizada na Avenida Doutor Jerson Dias, nº. 500, Bairro Estiva, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pela Secretária Municipal de Planejamento, Sra. **Edna Maria Lopes Dias**, brasileira, casada, portadora do Registro Geral MG-13.640.692, inscrita no CPF/MF sob o nº. 069.247.726-84, residente e domiciliada na Rua João Targino Borges, Nº 177, Bairro Vila Rubens, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, CEP 37.505-151, doravante simplesmente denominada de **CONTRATANTE** e a empresa **LAVANDERIA MORRO CHIC LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.591.441/0001-94, com sede na Rua Engenheiro Albert Starke, nº 80, A, Bairro Distrito Industrial, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, CEP 37.504-090, neste ato representada por seu **representante legal** o **Sr Gabriel de Assis Campos**, brasileiro, Empresário, portador do Registro Geral nº MG-18.573.853, emitido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 135.043.766-27, residente e domiciliado na Rua Maria Mauad Galhardo, nº 109, Bairro Morro Chic, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, CEP 37.500-096, doravante simplesmente denominada de **CONTRATADA**, têm, entre si, como justo e contratado, regendo-se pela legislação pátria aplicável ao presente contrato, e especialmente pelas cláusulas a seguir declinadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos da Justificativa para abertura de Processo Licitatório nº 026/2021 na modalidade Pregão nº 014/2021, com fundamento na Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente contrato de fornecimento de produtos correrá a conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.08.01.10.301.0020.2051.3.3.90.39.00

Parágrafo único. As despesas decorrentes da execução deste Contrato que excederem o exercício em curso, decorrentes de eventual aditamento, prorrogação ou necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro pactuado, correrão à conta de dotações que serão consignadas nas Leis Orçamentárias Anuais subseqüentes, nas mesmas funções programáticas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE ROUPA HOSPITALAR PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA**, conforme especificações previstas no ANEXO I do Processo Licitatório nº 026/2021

CLAUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de dois – 12 – meses contados de sua publicação.

CLÁUSULA QUINTA: DO FORNECIMENTO

1. O fornecimento do serviço desta licitação será no prazo de 72 horas após o recebimento das roupas, junto da Ordem de compras.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Para a execução do determinado nas cláusulas deste Contrato, as partes se obrigam a:

I – CONTRATANTE:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assegurando-se da boa prestação do serviço e qualidade dos produtos fornecidos;
- b) assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado;
- c) realizar os devidos pagamentos;
- d) proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do presente contrato.

II – CONTRATADA:

- a) responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento dos deveres de todas as obrigações estabelecidas neste instrumento;
- b) manter a qualidade dos produtos fornecidos;
- c) executar fielmente o objeto do contrato, comunicando imediatamente e com antecedência ao representante legal do CONTRATANTE, na hipótese de ocorrência de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;
- d) apresentar Fatura/Nota Fiscal. A fatura deve ser detalhada e deverá discriminar todos os produtos fornecidos, e outras informações que se fizerem necessárias;
- e) comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade na continuidade do fornecimento dos produtos e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
- f) responder por danos causados diretamente ao CONTRATANTE e ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução deste contrato;
- g) manter, durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato. A inadimplência da CONTRATADA, referente a esses encargos, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento.
- i) substituir em até 06 (seis) horas quaisquer dos equipamentos que apresentarem defeitos.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR

O valor do presente Contrato será de R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais), conforme especificado abaixo:

ITEM	QUANT.	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNT.	VALOR TOT.
01	9.600	KG	SERVIÇOS DE LAVANDERIA, COM ATIVIDADE LICENCIADA NO ALVARÁ SANITÁRIO PARA O PROCESSAMENTO DE ROUPAS HOSPITALARES, SEGUINDO TODOS OS ARTIGOS DISPOSTOS NA RESOLUÇÃO RDC Nº 6, DE 30 DE JANEIRO DE 2012 DA ANVISA, O DESCUMPRIMENTO DESTES CRITÉRIOS PODERÁ ACARREJAR PENALIDADES AO ÓRGÃO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ART. 7º DA RESOLUÇÃO RDC Nº 6 DE 30 DE JANEIRO DE 2012: "A TERCEIRIZAÇÃO DO PROCESSAMENTO DE ROUPAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DEVE SER COMPROVADA POR INSTRUMENTO CONTRATUAL ESPECÍFICO, COM VIGÊNCIA ATUALIZADA. A TERCEIRIZAÇÃO DO PROCESSAMENTO DE ROUPAS NÃO ISENTA O SERVIÇO DE SAÚDE CONTRATANTE DA RESPONSABILIDADE PELO ATENDIMENTO DOS PADRÕES SANITÁRIOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS POR ESTA RESOLUÇÃO E DEMAIS INSTRUMENTOS NORMATIVOS APLICÁVEIS." COM ISSO, É IMPRESCINDÍVEL O CUMPRIMENTO DE TODOS OS ARTIGOS DA RESOLUÇÃO CITADA ACIMA, EM TODAS AS SUAS ETAPAS, DESDE A SUA UTILIZAÇÃO ATÉ SEU RETORNO EM CONDIÇÕES IDEAIS DE REUSO, SOB SITUAÇÕES HIGIÊNICO-	R\$ 10,00	R\$ 96.000,00

			<p>SANITÁRIAS ADEQUADAS.</p> <p>É ESTIMADA A LAVAGEM DE APROXIMADAMENTE 200 QUILOS POR SEMANA, ONDE A COLETA DO MATERIAL SERÁ FEITA MEDIANTE A PRESENÇA DE UM REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DATA, HORA E LOCAL A SEREM DETERMINADOS E DEVERÁ CONSTAR EM NOTA JUNTO À ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS. O PRAZO PARA ENTREGA DO MATERIAL DEVERÁ SER, DE NO MÁXIMO, 72 HORAS A CONTAR A PARTIR DA RETIRADA DO MESMO PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO.</p> <p>SERÁ OBRIGATÓRIO O USO DE MATERIAL DE BOA QUALIDADE EM TODO O PROCESSO, COM O INTUITO DE PRESERVAR A BOA QUALIDADE DOS TECIDOS, E AINDA A REALIZAÇÃO DE REPOSIÇÃO OU REPAROS CASO HAJA DANO NOS ITENS. O MATERIAL HIGIENIZADO E LIMPO DEVERÁ SER ENTREGUE PASSADO, EMBALADO, SEPARADO E IDENTIFICADO SEPARADAMENTE, DE ACORDO COM A UNIDADE DE DESTINO.</p> <p>AS PRESTAÇÕES DOS SERVIÇOS DEVEM INCLUIR O FORNECIMENTO DE BALANÇA PARA A PESAGEM E TODA A OPERACIONALIZAÇÃO, TAIS COMO A COLETA DO MATERIAL NO LOCAL DETERMINADO, O TRANSPORTE EM VEÍCULO APROPRIADO PARA O TRANSLADO DO MATERIAL ATÉ O ESTABELECIMENTO ONDE SERÁ EXECUTADO O SERVIÇO E A DEVOLUÇÃO DO MESMO CONFORME O ESPECIFICADO ACIMA.</p> <p>A PESAGEM SERÁ FEITA MEDIANTE REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE SAÚDE E DEVERÁ CONSTAR EM NOTA POSTERIOR JUNTO DA ASSINATURA DO MESMO.</p>	
--	--	--	---	--

CLÁUSULA OITAVA: DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após apresentação das Notas Fiscais/Faturas.

§ 1º. Cada pagamento somente será efetuado após a comprovação pela CONTRATADA de que se encontra em dia com suas obrigações para com sistema de seguridade social, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

§ 2º. Para o efetivo pagamento, as faturas deverão ser entregues no Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves, localizado na Avenida Doutor Jerson Dias, nº. 500, Bairro Estiva, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, CEP 37.500-000, nos dias úteis no horário das doze às 17 horas.

§ 3º. O não pagamento de quaisquer valores devidos pelo CONTRATANTE, nas datas de seus respectivos vencimentos, implicará na incidência de sanções previstas na legislação pátria.

§ 4º. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento Contratual.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

O fornecimento será objeto de **acompanhamento e fiscalização** através da **Sra. Paula Renata Ramos** representante da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A Fiscalização será exercida no interesse do CONTRATANTE e não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

Nos termos do artigo 86 da Lei nº. 8.666/93, fica estipulado o percentual de **meio por cento – 0,5%** – sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste contrato, até o limite de **dez por cento – 10%** – do valor empenhado.

§ 1º. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93:

I – advertência;

II – multa de **dez por cento – 10%** – do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a **dois – 02** – anos e,

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 2º. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de **cinco – 05 – dias úteis** da data em que for oficiada a pretensão do CONTRATANTE no sentido da aplicação da pena.

§ 3º. As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de cinco – 05 – dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas de que trata este capítulo, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo CONTRATANTE no prazo máximo de cinco – 05 – dias a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada a alteração do OBJETO.

Parágrafo único. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira prevista neste Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESILIÇÃO

O presente contrato poderá ser resiliado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicações expressas, com antecedência mínima de trinta – 30 – dias.

Parágrafo Único. Havendo pendências, as partes definirão, através de um Termo de Encerramento do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESOLUÇÃO

O Contrato poderá ser resolvido:

I – por ato unilateral do CONTRATANTE, face ao interesse público, reduzido a termo no respectivo processo;

II – por inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Seção V, do Capítulo III, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

III – independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos:

a) falência ou liquidação da CONTRATADA;

b) incorporação da CONTRATADA a outra firma ou empresa, ou, ainda cisão ou fusão da mesma com outra empresa, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;

c) extinção da CONTRATADA.

Parágrafo único. Sempre que ocorrerem as hipóteses de resolução contratual será assegurado o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, em conformidade com artigo 78 da Lei nº. 8666/1993 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

Dentro do prazo legal, contatos de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes contratantes, respeitadas e observadas as disposições legais pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA EXTENSÃO

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram aceitar o presente instrumento nos expressos termos em que fora lavrado, obrigando-se a si e seus herdeiros e ou sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As partes se obrigam a manter, durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itajubá, Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para a resolução de questões eventualmente levantadas em decorrência deste Contrato.

E por estarem às partes de pleno acordo em tudo que se encontra disposto neste Contrato, ciente das obrigações contraídas e das consequências de sua inobservância, firmam-no em três – 03 – vias de igual teor e forma.

Itajubá-MG, 05 de Maio de 2021.

MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ
Edna Maria Lopes Dias
Secretária Municipal de Planejamento

LAVANDERIA MORRO CHIC LTDA
Gabriel de Assis Campos
CONTRATADA

VISTO DO PROJU: